



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO



Of. N.º 160/49

ASSUNTO:

Garça, 17 de Março de 1.949

CAMARA M. GARÇA

ESP. *Oficio*

Papel n.º *115*

Data do rec. *17-3-49*

Snr. Presidente

Secretario
SECRETARIO

Do Expediente
17/3/49
Rafael Paes de Barros

Tenho a honra de passar as mãos de V. Excia. o projeto de lei nº 8, acompanhado da respectiva exposição de motivos, para o qual espero aprovação.

Cordiais Saudações

Antonio Gomes de Mattos
Antonio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal em exercicio.

Ao

Exmo. Snr. Dr. Rafael Paes de Barros
DD. Presidente da Câmara Municipal de
GARÇA

UNIDADE
Recebido em 18/3/49
Arquivo

Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO



N.º 160/49
ASSUNTO:

Garça, 17 de Março de 1949

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
Esp. Oficial
Folha nº 115
Data do rec. 17-3-49
[Signature]
Secretaria

Sr. Presidente

[Handwritten notes and signatures]

Temho a honra de passar as mãos de V. Excia. o
projeto de lei nº 8, acompanhado da respectiva exposição de mo-
tivos, para o qual exporei as razões.

Cordiais saudações

[Signature]
Antonio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal em exercício

Emo. Sr. Dr. Rafael Ives de Barros
Sr. Presidente da Câmara Municipal de
GARÇA

JUNTADA	
Segue juntado, nesta data,	<i>Projeto de lei nº 8</i>
rubricado sob fls. 3	Garça, 18 de 3 1949
<i>[Signature]</i> SE ÁGIO DA CÂMARA	



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 8

A Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

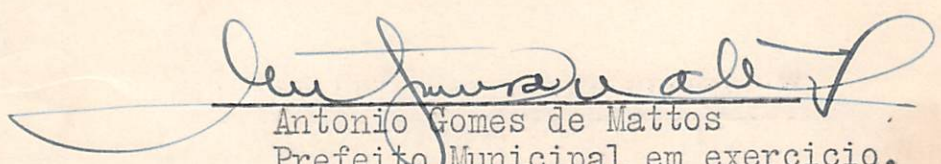
Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante escritura pública, à Fundação da Casa Popular, com sede na Capital Federal, terrenos pertencentes ao seu patrimônio.

§ único - Os terrenos de que trata este artigo destinam-se à construção de habitações populares, de acordo com os planos e finalidades da referida Fundação.

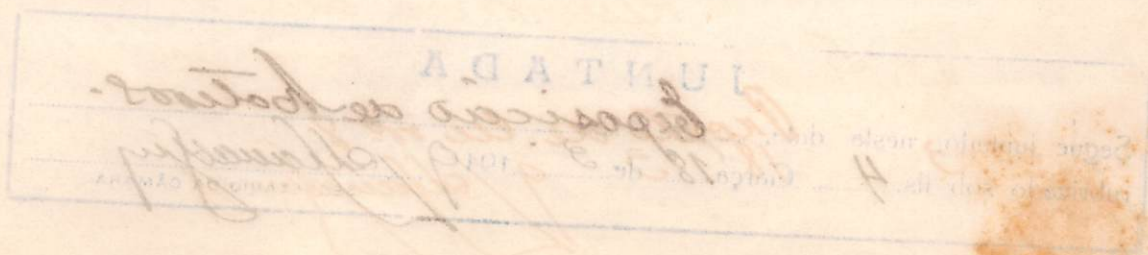
Art. 2º - Da escritura de doação, a ser lavrada entre a Prefeitura Municipal e a Fundação da Casa Popular, deverá constar, obrigatoriamente, a cláusula de reversão do imóvel doado ao patrimônio municipal, sem qualquer onus para a outorgante doadora, se, dentro do prazo de 24 - vinte e quatro - meses, contando da data da transcrição do respectivo instrumento no Registro de Imóveis, não fôr iniciada, por fato imputável a outorgada donatária, a construção por que a mesma se houver obrigado. Nessa hipótese, será considerada como de nenhum efeito a doação autorizada nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça (Prefeitura Municipal), aos 17 de Março de 1.949.


Antonio Gomes de Mattos

Prefeito Municipal em exercício.



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 8

A Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante escritura pública, a Fundação da Casa Popular, com sede na Capital Federal, terrenos pertencentes ao seu patrimônio.

§ Único - Os terrenos de que trata este artigo destinam-se à construção de habitações populares, de acordo com os planos e finalidades da referida Fundação.

Art. 2º - A escritura de doação, a ser lavrada entre a Prefeitura Municipal e a Fundação da Casa Popular, deverá constar, obrigatoriamente, a cláusula de reversão de indenização do doador, se, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da transcrição do respectivo instrumento no Registro de Imóveis, não for iniciada, por fato imprevisto, a outorga definitiva, a construção por que a mesma se houver originado. Nessa hipótese, será considerada como de nenhum efeito a doação autorizada nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça (Prefeitura Municipal), aos 14 de fevereiro de 1949.

co de 1.949.

Antônio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal em exercício.

J U N T A D A

Exposição de Motivos.

Segue juntado, nesta data,
rubricado sob fls. 4 Garça 18 de 2 1949

SECRETÁRIO DA CÂMARA



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO



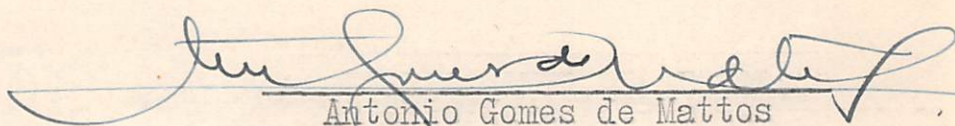
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

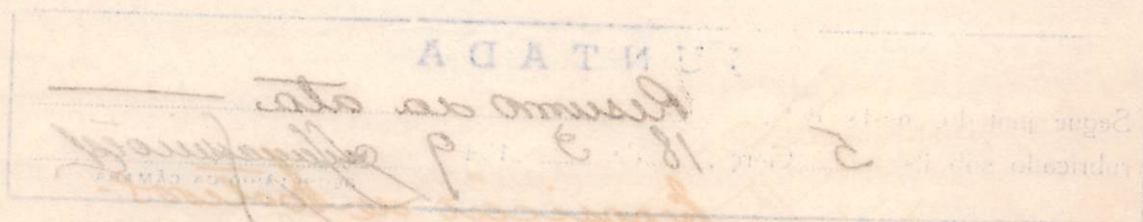
O Decreto Federal nº 9.218, de 1º de Maio de 1.946, autorizou a instituição da "Fundação da Casa Popular", entidade essa destinada a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de 10 anos de residência no país, ou com mais de 5 anos, quando tenham filhos brasileiros, a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.

O nosso município, graças a colaboração e ao prestígio do Dr. Luiz Gonzaga Novelli Junior e sua Exma. Esposa junto ao Governo da Republica, foi contemplado com 100 casas populares cuja construção dependerá da prévia doação de terrenos do patrimonio municipal àquela instituição. Para que se efetive essa doação é necessario que essa Augusta Câmara conceda á Prefeitura a indispensavel autorização, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios.

Em virtude do que, anexo á presente o projeto de lei nº 8, para a devida consideração da Câmara.

Garça (Prefeitura Municipal), aos 17 de Março de 1.949.


Antonio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal em exercicio.



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Decreto Federal nº 2.212, de 12 de maio de 1946, autorizou a instituição da "Fundação da Casa Popular", entidade essa destinada a proporcionar a brasileiros em estrangeiros com mais de 15 anos de residência no país, ou com mais de 5 anos, quando tenham filhos brasileiros, a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.

O nosso município, graças a colaboração e ao patrocínio de Dr. Luis Gonzaga Novelli Junior e sua firma, passou junto ao Governo do Brasil, foi contemplado com 100 cotas no âmbito cuja construção dependerá da prévia doação de terrenos do patrimônio municipal, aquela instituição. Para que se efetive essa doação é necessário que seja feita uma Câmara Municipal de Garça a instaurar a instaurável autorização, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios.

Em virtude do que, anexo é apresentado o projeto de Lei nº 8, para a devida consideração da Câmara.

Garça (Prefeitura Municipal), aos 14 de março de 1949.

Antônio Gomes de Mattos
Prefeito Municipal em exercício.

JUNTADA

Segue juntada, nesta data,
rubricado sob fls.

Resumo da ata

5

Garça

18

3

1949

SECRETÁRIO DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSO N. 91

PROPOSIÇÃO Projeto de lei N. 8

RESUMO DA ATA DA SESSÃO

39ª Sessão Ordinária realizada em 17 de 3 de 1949, às 2.0 horas.

PRESIDÊNCIA DO SR. Dr. Rafael Paes de Barros

SECRETÁRIO Vicente Manzano e Luiz Monici

À hora mencionada, feita a chamada, verifica-se a presença dos

srs. vereadores: Américo de Oliveira, Augusto do Nascimento Castro, Clovis Dantas Ramalho, Ildefonso Bezerra de Arruda, João de Souza Castro, João Tarora, Luiz Monici, Manoel Galdino de Carvalho, Pedro Afonso de Oliveira, Rafael Paes de Barros, Salviano Pereira de Andrade, e Vicente Manzano, num total de 12 (doze) vereadores, tendo deixado de comparecer sem justificar causa os seguintes: Alberto Alves, Anézio Teles, Clovis de Abreu Sampaio Vidal, Francisco Dias Soares, João Batista Foloni, Joaquim Ribeiro do Val, José Aredes Pereira, Odair de Souza Coelho, e Telemaco Fernandes, num total de 9 (nove) vereadores. Havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a sessão, e, determinou que o sr. Secretário procedesse a leitura da Portaria n. 30, de 16 de Março, convocando o suplente da legenda P.T.B. U.D.N. e P.R.P., para substituir o vereador dr. Antonio Gomes de Matos, durante o seu impedimento, como Prefeito Municipal. Continuando o sr. Presidente nomeou uma Comissão composta dos vereadores Américo de Oliveira e Pedro Afonso de Oliveira, para introduzir o suplente convocado na Sala das Sessões. Introduzido o sr. Cesar Correa Lopes, prestou com promisso regimental, e tomou posse. A seguir o sr. Presidente determinou a mesma Comissão que introduzisse, também, o suplente Antonio Bosque Filho, convocado para substituir o vereador Jairo Morais Barros, tendo o sr. suplente Antonio Bosque Filho, tomado posse sob o compromisso prestado anteriormente."

Havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a Sessão. O sr. Secretário procede a leitura do **Expediente**, no qual figura o seguinte: (resumo) O sr. Secretário deu conta de um projeto de lei do sr. Prefeito Municipal, dispondo sobre a doação de terreno para a Fundação da Casa Popular. Submetido a voto a Casa o considerou objeto de deliberação. O sr. Presidente mandou encaminhá-lo as Comissões competentes."

Passa-se a **Ordem do Dia**, da qual, em resumo constou o seguinte com relação a Proposição acima indicada:

Confere com o original.

1949/1.049

Sebastião Guanaes Simões

Secretário da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

III



Processo 9/49

Projeto de lei 8

Senhor Presidente,

Para os devidos fins cumpre-me passar as mãos de V. Ex-
cia., concluso, o presente processo.

Garça, 18 de Março de 1.949.

Sebastião Guinaes Simões
Sebastião Guinaes Simões
Secretário da Câmara

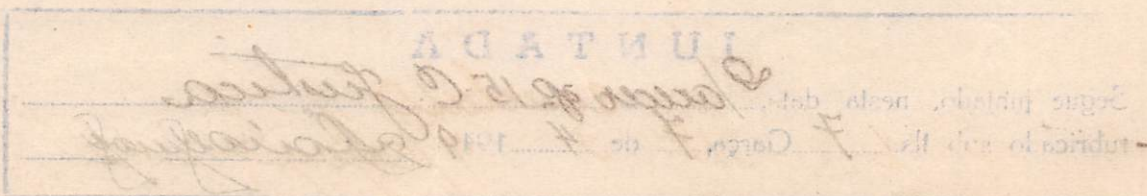
CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

À Comissão de

Justiça
em 18 / 3 / 19 49

O Presidente

Luiz Antônio de Faria



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

III

Processo

Projeto de Lei

Comissão

Garça, 18 de Junho de 1949.

Secretaria da Câmara Municipal de Garça

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

A Comissão de

em 18/6/49

O Presidente

JUNTADA

Segue juntado, nesta data,

rubricado sob fls. 7 Garça, 7 de 4 1949

Dr. Oscar de 15-C. Justiça

Dr. José de 15-C. Justiça



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

III



=COMISSÃO DE JUSTIÇA=

=PROJETO DE LEI Nº 8=

= PARECER Nº 15 =

O projeto de lei n. 8, fls. 3, dispondo sobre a doação de terrenos à Fundação da Casa Popular", para a construção de casas populares em nosso município, é perfeitamente legal, e encontra apoio não só no art. 18, da Lei Orgânica dos Municípios, como também, no art. 111, da Constituição Estadual, que diz o seguinte " Para facilitar a construção da casa própria, o Estado e os Municípios promoverão, na forma que lei estabelecer, o loteamento de terrenos de sua propriedade, bem como desapropriações". Diante deste dispositivo e tratando o projeto de facilitar a construção da casa própria, somos de parecer que o mesmo seja aprovado em Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, 7 de Abril de 1949.

Cloyis Dantas Ramalho
Cloyis Dantas Ramalho

PRESIDENTE RELATOR

Augusto do Nascimento Castro
Augusto do Nascimento Castro
MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

À Comissão de *Finanças*

em 8 / 4 / 1949

O Presidente

Augusto do Nascimento Castro



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

III



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 22

PROJETO DE LEI Nº 22

O projeto de lei nº 22, de 1949, que dispõe sobre a criação de uma
"União das Cidades Populares", para a construção de casas populares em nosso mu-
nicípio, é perfeitamente legal, e encontra apoio não só no art. 18, da Lei
Orgânica das Municipalidades, como também, no art. 111, da Constituição Estadual,
que dão a segurança "Para facilitar a construção de casas populares, o Estado e
os Municípios promoverão, no âmbito de seus respectivos, o atendimento de todas
as necessidades de sua população, bem como das propriedades". Diante de tais dispositivos,
e tratando o projeto de facilitar a construção de casas populares, segue a re-
terer que o mesmo seja aprovado em Plenário.

Ao mesmo tempo.

Garça, 7 de Abril de 1949.

[Signature]
Presidente da Comissão

MEMBRO

[Signature]
Membro da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

A Comissão de Legislação

JUNTADA

Segue juntado, nesta data,

rubricado a fls. 8

Garça, 8 de

4

1949

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



=COMISSÃO DE FINANÇAS=

=PROJETO DE LEI Nº 8/49=

=PARECER Nº 9 =

Sôbre a legalidade do projeto em estudos falou favoravelmente a douta Comissão de Justiça, Tendo-se em vista que por força do disposto no artigo lll da - Constituição Estadual, o município deve promover o loteamento de terrenos do seu patromonio para facilitar a construção da casa propria, e, bem assim, que projeto em causa não traz despesa alguma ao municipio, além da doação dos terrenos, somos pela sua aprovação em Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, 8 de Abril de 1.949

Augusto do Nascimento Castro
Augusto do Nascimento Castro
PRESIDENTE - Relator

João Tarora
João Tarora - Membro

Antonio Bosque Filho
Antonio Bosque Filho - Membro.

LUNTADA

Segue juntado, nesta
rubricado sob fls.

9 Resumo da 1ª
Geração de 5 1949 9



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSO N. 91/49

PROPOSIÇÃO Projeto de Lei N. 8/49

RESUMO DA ATA DA SESSÃO

Sessão ~~Extraordinária~~ realizada em 2 de 3 de 1949, às 20 horas.

PRESIDÊNCIA DO SR. Dr. Rafael Passos de Barros

SECRETÁRIO Luiz Monici

À hora mencionada, feita a chamada, verifica-se a presença dos srs. vereadores

Alberto Alves, Adrico de Oliveira, Aníbal Telles, Augusto do Nascimento Castro, Clóvis Dantas Kamalho, Ildefonso Bezerra de Arruda, João de Souza Castro, João Tarara, José Azevedo Pereira, Luiz Monici, Manoel Galdino de Carvalho, Pedro Afonso de Oliveira, Rafael Passos de Barros, e Antonio Roque Filho, num total de 14 (quatorze) vereadores.

Havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a Sessão. O sr. Secretário procede a leitura do **Expediente**, no qual figura o seguinte: (resumo)

Passa-se a **Ordem do Dia**, da qual, em resumo constou o seguinte com relação a Proposição acima indicada: /"Entra em 1ª discussão o projeto de lei n. 8/49 (oito) dispondo sobre a doação de terreno para a Fundação da Casa Popular, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças. Em discussão e votação artigo por artigo, a Casa o aprovou por unanimidade. O sr. Presidente declarou aprovado em 1ª discussão o projeto de lei n. 8/49 (oito)."

Confere com o original.

Garça, 3/5/1949

Secretário da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N. 21742 PROPOSIÇÃO Projeto de Lei N. 243

RESUMO DA ATA DA SESSÃO

Sessão realizada em 10 de 1949, às 18 horas.

PRESIDÊNCIA DO SR.

SECRETÁRIO

A nota mencionada, lida e chamada, verificou-se a presença dos

os vereadores

havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a sessão. O sr. Secretário procede a leitura do Expediente, no qual figura o seguinte: (resumo)

Passa-se a Ordem do Dia, de qual, em resumo, constam o seguinte com relação a Proposição acima indicada: "Ante a lei municipal e projeto de lei n. 243

JUNTADA

Segue juntado, nesta data, o *Resumo da Ata* rubricado sob fls. 10 Garça, 10 de 5 1949 *João Augusto*



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSO N. 91/49

PROPOSIÇÃO Projeto de Lei N. 8/49

RESUMO DA ATA DA SESSÃO

36ª Sessão Extraordinária realizada em 9 de 5 de 1949, às 20 horas.

PRESIDÊNCIA DO SR. Dr. Rafael Paes de Barros

SECRETÁRIO Vicente Manzano e Luiz Monici

À hora mencionada, feita a chamada, verifica-se a presença dos srs. vereadores" Alberto Alves, Américo de Oliveira, Augusto do Nascimento Castro, Clovis Dantas Ramalho, Ildelfonso Bezerra de Arruda, João de Souza Castro, João Tarora, Luiz Monici, Manoel Galdino de Carvalho, Pedro Afonso de Oliveira, Rafael Paes de Barros, Salviano Pereira de Andrade, Vicente Manzano e Antonio Bosque Filho, num total de 14 (quatorze) vereadores"

Havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a Sessão. O sr. Secretário procede a leitura do **Expediente**, no qual figura o seguinte: (resumo)

Passa-se a **Ordem do Dia**, da qual, em resumo constou o seguinte com relação a Proposição acima indicada: " Entra em discussão e em seguida a votação global o projeto de lei n. 8/49, dispondo sobre doação de um terreno para a Fundação da Casa Popular, tendo sido aprovado por unanimidade. O sr. Presidente declarou aprovado o projeto de lei n. 8/49 (oitto)./"

Confere com o original.

Garça, 10/5/1.949

[Assinatura]
Secretário da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N. 2143 PROPOSIÇÃO Projeto de Lei N. 2143

RESUMO DA ATA DA SESSÃO

Sessão realizada em 5 de 5 de 1949, às 20 horas

PRESIDÊNCIA DO SR. Raimundo José de Faria

SECRETARIO

A hora mencionada, feita a chamada, verificou-se a presença dos

seus vereadores. O Sr. Raimundo José de Faria, Presidente da Câmara, deu a palavra ao Sr. Raimundo José de Faria, Presidente da Câmara, para que apresentasse o Projeto de Lei N. 2143, de 5 de 5 de 1949, que trata da criação de uma nova seção administrativa do Município de Garça, no Estado de São Paulo.

Havendo o número legal o Sr. Presidente deu-lhe a palavra ao Sr. Raimundo José de Faria, Presidente da Câmara, para que apresentasse o Projeto de Lei N. 2143, de 5 de 5 de 1949, que trata da criação de uma nova seção administrativa do Município de Garça, no Estado de São Paulo.

Passa-se a ordem do dia, da qual, em resumo, constam o seguinte: 1.º - O Sr. Raimundo José de Faria, Presidente da Câmara, deu a palavra ao Sr. Raimundo José de Faria, Presidente da Câmara, para que apresentasse o Projeto de Lei N. 2143, de 5 de 5 de 1949, que trata da criação de uma nova seção administrativa do Município de Garça, no Estado de São Paulo.

JUNTADA

Segue juntada, nesta data, do Autógrafo do Projeto de Lei 8/49 rubricado sob fls. 11. Garça, 10 de 5 1949. *[Assinatura]*



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO



-PROJETO DE LEI Nº 8/49-

A Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

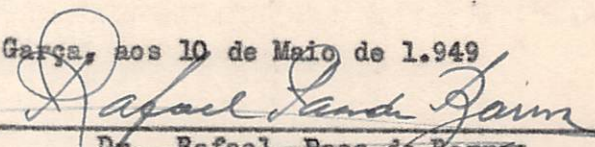
Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante escritura pública, à Fundação da Casa Popular, com sede na Capital Federal, terrenos pertencentes ao seu patrimônio.

§ único - Os terrenos de que trata este artigo destinam-se à construção de habitações populares, de acordo com os planos e finalidades da referida Fundação.

Art. 2º - Da escritura de doação, a ser lavrada entre a Prefeitura Municipal e a Fundação da Casa Popular, deverá constar, obrigatoriamente, a cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio municipal, sem qualquer onus para a outorgante doadora, se, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contando da data da transcrição do respectivo instrumento no Registro de Imóveis, não for iniciada, por fato imputável a outorgada donatária, a construção por que a mesma se houver obrigado. Nessa hipótese, será considerada como de nenhum efeito a doação autorizada nesta lei.

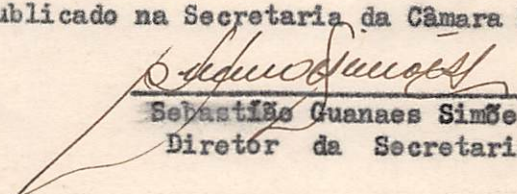
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, aos 10 de Maio de 1.949


Dr. Rafael Paes de Barros
PRESIDENTE DA CÂMARA


Vicente Manzano
SECRETÁRIO DA CÂMARA

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Garça, na data supra.


Sebastião Guanaes Simões
Diretor da Secretaria

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante as condições estabelecidas, a Fundação de Garça, com sede no Distrito de Garça, para a realização de obras de interesse público.

Art. 2º - Os terrenos de que trata esta lei serão destinados ao uso de habitação popular, de acordo com os planos e projetos de urbanização da Prefeitura.

Art. 3º - De acordo com o disposto no Art. 1º, a Prefeitura Municipal é autorizada a doar, mediante as condições estabelecidas, a Fundação de Garça, com sede no Distrito de Garça, para a realização de obras de interesse público, em especial, a construção de habitações populares, de acordo com os planos e projetos de urbanização da Prefeitura.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Garça, 12 de Maio de 1949

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

SECRETARIA DA CÂMARA

JUNTADA

Segue juntado, nesta data,
rubricado sob fls. 12

Garça, 10 de 5 1949

Cópia do ofício 244
Assinatura

Of. 244/49

Garça, 10 de Maio de 1.949

Senhor Prefeito,

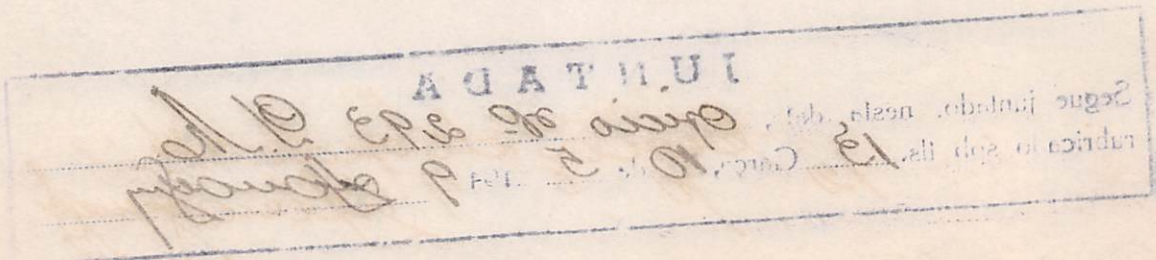
Nos termos e para os fins do art. 32, e seus parágrafos, da Lei Orgânica dos Municípios, tenho a honra de transmitir a V. Excia., uma cópia autenticada pela Mesa, do projeto de lei n. 8/49, dispondo sobre doação de terreno para a Fundação da Casa Popular.

Atenciosamente,

Dr. Rafael Paes de Barros
PRESIDENTE DA CAMARA

A Sua Excelência o Senhor Doutor António Gomes de Matos
DD. Prefeito Municipal, interino

GARÇA



Handwritten marks at top left corner.

García, 10 de Maio de 1.949

Of. 244/49

Senhor Prefeito,

Nos termos e para os fins do art. 32, e seus parágrafos, da Lei Orgânica dos Municípios, tendo a honra de transmitir a V. Excia., uma cópia autenticada pela Mesa, do projeto de lei n. 8/49, dispondo sobre doação de terreno para a Fundação da Casa Popular.

Atenciosamente,

Dr. Rafael Pires de Barros
PRESIDENTE DA CÂMARA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antônio Gomes de Matos
Dr. Prefeito Municipal, interno

CARÇA

JUNTA DA

Segue juntado, nesta data, *Ofício nº 293 D. M.*
rubrica-lo sob fls. *13* Carça, *10* de *5* 1949 *Assinatura*



Prefeitura Municipal de Garça

ESTADO DE SÃO PAULO



Of.º N.º 293/49

ASSUNTO:

Garça, 10 de Maio de 1.949.

Snr. Presdiente

CAMARA M. GARÇA

ESP.

Papel n.º

Data do rec

Cumpre-me passar as mãos de V. Excia.

a copia da lei nº 68, dispondo sobre doação de terreno para a Fundação da Casa Popular, por mim sancionada hoje.

Cordiais Saudações

Antonio Gomes de Matos

Prefeito Municipal, interino.

Ao

Exmo. Snr. Dr. Rafael Paes de Barros

DD. Presidente da Câmara Municipal de Garça

Segue juntado, nesta data, **JUNTADA**
rubricado sob fls. *Cópia da lei nº 68*
14 Garça, *10 de 5* 1949 *Flavio*

11/5/49

L E I Nº 68

O cidadão Doutor Antonio Gomes de Matos, Prefeito Municipal de Garça interino, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Pica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante escritura publica, a Fundação da Casa Popular, com sede na Capital Federal, terrenos pertencentes ao seu patrimonio.

§ unico - Os terrenos de que trata este artigo destinam-se a construção de habitações populares, de acordo com os planos e finalidades da referida fundação.

Art. 2º - Da escritura de doação, a ser lavrada entre a Prefeitura Municipal e a Fundação da Casa Popular, deverá constar, obrigatoriamente, a clausula de reversão do imovel doado ao patrimonio municipal, sem qualquer onus para a outorgante doadora, se, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contando da data da transcrição do respectivo instrumento no Registro de Imoveis, não for iniciada, por motivo imputavel e outorgada donataria, a construção porque a mesma se houver obrigado. Nessa hipotesa, será considerada como de nenhum efeito a doação autorizada nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Garça(Prefeitura Municipal), aos 10 de Maio de 1.949.

Antonio Gomes de Matos
Prefeito Municipal, interino.

Registrada e publicada nesta
Secretaria, na data supra.
Garça, 10 de Maio de 1.949.

Francisco Pereira de Mello Junior
Secretario.



O cidadão Doutor Antonio Gomes de Mello, Prefeito Municipal de Garça interior, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, mediante escritura pública, a Fundação de Casa Popular, com sede na Capital Federal, terrenos pertencentes ao seu patrimônio.

§ único - Os terrenos de que trata esta Lei serão destinados a construção de habitações populares, de acordo com as limitações de terreno.

Art. 2º - A escritura de doação, a ser lavrada em nome da Prefeitura Municipal e a Fundação de Casa Popular, deverá constar, obrigatoriamente, a cláusula de reversão ao doador, com o patrimônio municipal, sem qualquer outra parte interessada, no âmbito do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da transcrição do respectivo instrumento no Registro de Imóveis, não for iniciada, por falta de interesse do doador, a construção por parte do mesmo, se houver obrigação. Nessas hipóteses, será considerada como de nenhum efeito a doação autorizada nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça (Prefeitura Municipal), aos 10 de Maio

de 1949.

Antonio Gomes de Mello
Prefeito Municipal, interior.

Registrada e publicada nesta
Secretaria, na data supra.
Garça, 10 de Maio de 1949.

Francisco Pereira de Mello Junior
Secretário.



Handwritten notes:
Cópia e confusão
por mim
Garça, 10/11/49
Antônio Gomes de Mello
Prefeito Municipal